OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º 202301000499 de 11/05/2023 -

Proc n.º 002023730001255/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71

do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Paulo Ney Neves Duarte – CPF: 030.748.702-49

Marca: I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3 Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º 202301000501 de 11/05/2023 -

Proc n.º 002023730002912/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71

do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Agildo Sousa Jastes – CPF: 076.632.852-04

Marca: HONDA/HR-V TOURING 1.5 NEW Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º 202304002505, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003180/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Eliete Souza Goncalves – CPF: 167.632.462-34

Marca/Tipo/Chassi

VW/GOL 1.0L MC4/Pas/Automovel/9BWAG45U2LT027244

Portaria n.º 202304002507, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003158/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jorge Tadeu Santos de Souza – CPF: 091.790.462-15

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/Automovel/9BGJJC6930GB177601

Portaria n.º 202304002509, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003145/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Michell Cristian Silva da Silva – CPF: 743.728.072-87

Marca/Tipo/Chassi

I/PEUGEOT 208 GRIFFE AT/Pas/Automovel/8ADUWNFX2NG549432

Portaria n.º 202304002511, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003182/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Edmilson da Cruz Moura – CPF: 479.862.802-63

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/Automovel/9BGJJC69X0EB109531

Portaria n.º 202304002513, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730002962/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Silvio Jose dos Santos Nepomuceno – CPF: 547.767.677-91

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/ONIX PLUS 10TAT LTZ/Pas/Automovel/9BGEN69H0NG205578

Portaria n.º 202304002515, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730002624/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Matheus Chaves dos Santos – CPF: 702.885.012-92

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD X 15L MT/Pas/Automovel/9BRB29BT8J2155750

Portaria n.º 202304002517, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003253/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Gilber de Moura Ribamar – CPF: 374.632.502-10

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/UNO WAY 1.4/Pas/Automovel/9BD195A6MG0760167

Portaria n.º 202304002519, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730002995/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Gilvana Ferreira da Cruz – CPF: 581.284.762-20

Marca/Tipo/Chassi

VW/GOL MPI/Pas/Automovel/9BWAG45U3PT006814

Portaria n.º 202304002521, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003007/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ieda Vieira da Silva Sousa – CPF: 430.475.482-34

Marca/Tipo/Chassi

VW/VOYAGE 1.6L MB5/Pas/Automovel/9BWBDB45U0MT005417

Portaria n.º 202304002523, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003016/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Janice Caroline Flexa Jansen – CPF: 030.004.872-63

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713MG3307226

Portaria n.º 202304002525, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730002910/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Regio da Silva Lima – CPF: 352.008.712-04

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/CCROSS XRE 20/Mis/Utilitari/9BRK3AAG3P0053344

Portaria n.º 202304002527, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730002982/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Leonardo Ferreira Galego – CPF: 819.906.932-53

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/UNO ATTRACTIVE 1.0/Pas/Automovel/9BD195A4ZL0886098

Portaria n.º 202304002529, de 11/05/2023 -

Proc n.º 2023730003017/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Carlos Eduardo Pereira Gomes – CPF: 785.501.142-00

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD PLT15 AT/Pas/Automovel/9BRB29BT6J2205898

Protocolo: 936852

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010 DE 11 DE MAIO DE 2023

Estabelece os procedimentos necessários para a suspensão e a declaração de nulidade da inscrição estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 138, parágrafo único, inciso II, da Constituição Estadual e o art. 6º, inciso II, do Decreto nº 1.604, de 18 de abril de 2005, e Considerando a necessidade de regular o disposto nos arts. 151-A, 160-A e 161 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001;

Considerando a necessidade de dispor sobre os procedimentos necessários para a suspensão e a declaração de nulidade da inscrição estadual, garantidos o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, RESOLVE:

Art. 1º A declaração de nulidade da inscrição estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS será precedida da instauração de ação fiscal pelo titular da Coordenação Regional ou Especial de circunscrição do estabelecimento do contribuinte, observado o disposto na Lei nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º O Auditor Fiscal de Receitas Estaduais - AFRE responsável pela ação fiscal consignará, por meio de Auto de Infração e Notificação Fiscal, os motivos de nulidade, que incluirão:

I - a descrição fundamentada da ocorrência, na qual deverá constar qualquer uma das circunstâncias previstas nos arts. 8º-A ou 8º-B da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989;

II - a aplicação da penalidade prevista nas alíneas "q" ou "ab" do inciso III do art. 78 da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989.

§ 1º No desenvolvimento da ação fiscal para comprovação de nulidade de ato cadastral, na hipótese de detecção de quaisquer outras infrações à legislação tributária, que não estejam relacionadas aos motivos da nulidade, deverá tal circunstância constar no relatório de auditoria, que servirá de fato motivador para nova ação fiscal com vistas à constituição do respectivo crédito tributário.

§ 2º Ao identificar qualquer das hipóteses previstas no art. 150 do RICMS, o AFRE responsável solicitará a imediata suspensão da inscrição cadastral do sujeito passivo.

Art. 3º Após a regular notificação do AINF que trata o art. 2º, não sendo apresentada impugnação no prazo legal, o titular da Coordenação Regional ou Especial de circunscrição do estabelecimento do contribuinte encaminhará representação ao Subsecretário da Administração Tributária, individualmente e em expediente apartado, instruída com cópia dos autos, e na qual consignará parecer conclusivo sobre a declaração de nulidade.

§ 1º Não havendo elementos suficientes para comprovação das hipóteses previstas no inciso I do art. 2º, o parecer conclusivo recomendará o arquivamento do processo.

§ 2º Havendo elementos suficientes para comprovação das hipóteses previstas no inciso I do art. 2º, o parecer conclusivo:

I - recomendará a publicação de ato declaratório de nulidade da inscrição estadual;

II - consignará o termo inicial da nulidade da inscrição estadual e da inidoneidade dos documentos fiscais emitidos;

III - será instruído com minuta do ato declaratório de nulidade, conforme o modelo do Anexo I.

§ 3º Sendo apresentada impugnação no prazo legal, os procedimentos previstos nos §§ 1º e 2º somente serão levados a efeito após a decisão definitiva na esfera administrativa.

Art. 4º O Subsecretário da Administração Tributária apreciará os pedidos e emitirá, conforme a motivação dos autos, a declaração de nulidade da inscrição estadual e respectiva declaração de inidoneidade dos documentos fiscais emitidos a partir do termo inicial da nulidade, conforme modelo do Anexo I. Parágrafo único. O ato de declaração de nulidade será publicado no Diário Oficial do Estado, e consignará o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso, que não terá efeito suspensivo.

Art. 5º A interposição de recurso contra ato de declaração de nulidade será apresentado na Coordenação Regional ou Especial de circunscrição do contribuinte, endereçado ao Subsecretário da Administração Tributária.

§ 1º O titular da Coordenação Regional ou Especial de circunscrição do estabelecimento do contribuinte, antes do encaminhamento para apreciação, fará a instrução dos autos do recurso com:

I - a análise das razões apresentadas e o parecer conclusivo quanto ao provimento ou não provimento;